

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão do Itatim S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.866	15.429
Concessionárias e permissionárias	8	7.704	11.220
Adiantamento a fornecedores		1.242	893
Impostos a recuperar	9	696	3.765
Estoques		12.006	8.762
Outros ativos circulantes		<u>182</u>	<u>173</u>
		28.696	40.242
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	22.408	22.809
Contas a receber - Partes relacionadas	23	20	131
Outros ativos não circulantes		2.747	4.301
Imobilizado não vinculado à concessão		333	303
Imobilizado	10	473.221	491.496
Intangível	11	<u>34.375</u>	<u>34.415</u>
		533.104	553.455
Total do ativo		<u>561.800</u>	<u>593.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		913	998
Fornecedores - partes relacionadas	23	6	5
Financiamentos - terceiros	12	25.707	25.409
Impostos e contribuições sociais	15	11.032	2.900
Taxas regulamentares	13	3.268	2.723
Dividendos propostos	17	355	8.155
Outros passivos circulantes		667	504
		41.948	40.694
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	12	210.877	234.267
Outras contas a pagar - partes relacionadas	24	-	4
Outros passivos não circulantes	16	19.335	19.815
		230.212	254.086
Patrimônio líquido	17		
Capital social		261.360	261.360
Reserva de lucros		43.256	8.155
Reserva legal		2.725	858
Prejuízo acumulado		(17.701)	28.544
		289.640	298.917
Total do passivo e do patrimônio líquido		561.800	593.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	18	44.839	55.539
Custo da operação	19	<u>(21.606)</u>	<u>(22.251)</u>
Lucro bruto		23.233	33.288
Despesas gerais e administrativas		(2.731)	(306)
Outras receitas operacionais líquidas		<u>81</u>	<u>232</u>
Lucro antes do resultado financeiro		20.583	33.214
Resultado financeiro	21	<u>(17.599)</u>	<u>(16.724)</u>
Receita financeira		3.872	4.544
Despesa financeira		(21.471)	(21.268)
Resultado antes dos impostos		<u>2.984</u>	<u>16.490</u>
Imposto de renda e contribuição social		(11.907)	(6.245)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u>(8.923)</u>	<u>10.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(8.923)	10.245
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(8.923)</u>	<u>10.245</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízo acumulado	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	261.360	-	-	35.467	296.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.245	10.245
Constituição da reserva legal	-	858	-	(858)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	8.155	(8.155)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(8.155)	(8.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261.360	858	8.155	28.544	298.917
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.923)	(8.923)
Constituição da reserva legal	-	1.867	-	(1.867)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	35.101	(35.101)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(354)	(354)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	261.360	2.725	43.256	(17.701)	289.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes dos impostos	2.984	16.490
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	21.204	21.977
Depreciação e amortização	14.949	15.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(212)
Provisão para medidas compensatórias	-	768
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	3.517	3.400
Estoques	(3.243)	(2.353)
Impostos a recuperar	3.069	(446)
Adiantamentos a fornecedores	(350)	(419)
Outros ativos	1.590	(4.148)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(84)	(110)
Tributos e contribuições sociais	(2.559)	(1.005)
Impostos pagos	(1.215)	(10.594)
Juros pagos	(18.417)	(19.587)
Taxas regulamentares	546	(354)
Outros passivos	186	(3.136)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>22.177</u>	<u>15.450</u>
Atividades de investimento:		
Títulos e valores mobiliários	401	1.439
Baixa de imobilizado e intangível	2.894	2.543
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	<u>3.295</u>	<u>3.982</u>
Atividades de financiamento:		
Empréstimos pagos	(25.880)	-
Dividendos pagos	(8.155)	(25.696)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	<u>(34.035)</u>	<u>(25.696)</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.563)</u>	<u>(6.265)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>15.429</u>	<u>21.694</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>6.866</u>	<u>15.429</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$63.101 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 68.983 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.2. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Companhia para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável e indenizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		28.696	(61.342)	90.038	40.242	(56.338)	96.580
Caixa e equivalentes de caixa		6.866	-	6.866	15.429	-	15.429
Concessionárias e permissionárias		7.704	-	7.704	11.220	-	11.220
Adiantamentos a fornecedores		1.242	-	1.243	893	-	893
Impostos a recuperar		696	-	696	3.765	-	3.765
Estoques		12.006	-	12.006	8.762	-	8.762
Ativo financeiro amortizável	a	-	(61.342)	61.342	-	(56.338)	56.338
Outros ativos circulantes		182	-	181	173	-	173
Ativo não circulante		533.104	(1.165)	534.269	553.455	46.659	506.796
Títulos e valores mobiliários		22.408	-	22.408	22.809	-	22.809
Contas a receber – partes relacionadas		20	-	20	131	-	131
Ativo financeiro amortizável	a	-	(508.666)	508.666	-	(479.113)	479.113
Outros ativos não circulantes		2.747	-	2.747	4.301	-	4.301
Imobilizado não vinculado à concessão		333	-	333	303	-	303
Imobilizado	b	473.221	473.194	27	491.496	491.465	31
Intangível	b	34.375	34.307	68	34.415	34.307	108
Total de ativos		561.800	(62.507)	624.307	593.697	(9.679)	603.376

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	41.948		41.948	40.694	-	40.694
Fornecedores terceiros	913	-	913	998	-	998
Fornecedores partes relacionadas	6	-	6	5	-	5
Financiamentos com terceiros	25.707	-	25.707	25.409	-	25.409
Tributos e contribuições sociais	11.032	-	11.032	2.900	-	2.900
Taxas regulamentares	3.268	-	3.268	2.723	-	2.723
Dividendos propostos	355	-	355	8.155	-	8.155
Outros passivos circulantes	667	-	667	504	-	504
Passivo não circulante	230.212	(44.807)	275.018	254.086	(38.223)	292.309
Financiamentos com terceiros	210.877	-	210.877	234.267	-	234.267
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	4	-	4
Tributos diferidos		(44.807)	44.807	-	(38.223)	38.223
Outros passivos não circulantes	19.335	-	19.335	19.815	-	19.815
Patrimônio líquido	289.640	(17.701)	307.341	298.917	28.544	270.373
Capital social	261.360	-	261.360	261.360	-	261.360
Reserva de lucros	43.256	-	43.256	8.155	-	8.155
Reserva legal	2.725	-	2.725	858	-	858
Lucro (prejuízo) acumulado	(17.701)	(17.701)	-	28.544	28.544	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	561.800	(62.507)	624.307	593.697	(9.679)	603.376

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	44.839	(35.403)	80.242	55.539	(7.804)	63.344
Custo da operação	e	(21.606)	(18.271)	(3.335)	(22.251)	(17.864)	(4.388)
Lucro bruto		23.233	(53.674)	76.907	33.288	(25.668)	58.956
Despesas gerais e administrativas		(2.731)	-	(2.731)	(306)	-	(306)
Outras receitas operacionais		81	-	81	232	-	232
Lucro antes do resultado financeiro		20.583	(53.674)	74.257	33.214	(25.668)	58.882
Resultado financeiro		(17.599)	-	(17.599)	(16.724)	-	(16.724)
Receita financeira		3.872	-	3.872	4.544	-	4.544
Despesa financeira		(21.471)	-	(21.471)	(21.268)	-	(21.268)
Lucro antes dos impostos		2.984	(53.674)	56.658	16.490	(25.668)	42.158
Imposto de renda e contribuição social	c	(11.907)	7.429	(19.336)	(6.245)	(13.603)	7.358
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(8.923)	(46.245)	37.322	10.245	(39.271)	49.516

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	284	377
Aplicações financeiras	6.582	15.052
	<u>6.866</u>	<u>15.429</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva - financiamento	22.408	22.809
	<u>22.408</u>	<u>22.809</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	6.456	6.318
Vencidas até 30 dias	140	52
Vencidas até 60 dias	130	26
Vencidas até 90 dias	4	34
Vencidas até 120 dias	60	29
Vencidas até 180 dias	4	4.761
Vencidas há mais de 180 dias	1.425	515
	<u>8.219</u>	<u>11.735</u>
PCLD	(515)	(515)
	<u>7.704</u>	<u>11.220</u>

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(515)	(727)
Reversão	-	212
Adição	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(515)</u>	<u>(515)</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IR s/ aplicação financeira	200	480
IRPJ	237	1.864
CSLL	199	1.357
PIS	2	2
COFINS	8	8
Outros	50	54
	<u>696</u>	<u>3.765</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	543.238	-	-	189	543.427	189	(80.886)	462.541	477.730
Terrenos	5.978	-	-	-	5.978	-	-	5.978	5.978
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.696	-	-	-	15.696	-	(2.919)	12.777	13.325
Máquinas e equipamentos	521.379	-	-	189	521.568	189	(77.933)	443.635	458.251
Veículos	166	-	-	-	166	-	(32)	134	158
Móveis e utensílios	19	-	-	-	19	-	(2)	17	18
Administração	169	-	-	-	169	-	(141)	28	31
Máquinas e equipamentos	135	-	-	-	135	-	(121)	14	15
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34	-	(20)	14	16
	543.407	-	-	189	543.596	189	(81.027)	462.569	477.761
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	13.735	374	(3.268)	(189)	10.652	(3.083)	-	10.652	13.735
Máquinas e equipamentos	-	203	-	1.597	1.800	1.800	-	1.800	-
Outros	13.735	171	(3.268)	(1.786)	8.852	(4.883)	-	8.852	13.735
	13.735	374	(3.268)	(189)	10.652	(3.083)	-	10.652	13.735
	557.142	374	(3.268)	-	554.248	(2.894)	(81.028)	473.221	491.496

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015
		Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	3,38%	543.427	(80.886)	462.541
Administração	11,77%	169	(141)	28
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	388	(55)	333
		543.984	(81.082)	462.902
				478.064

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

<u>Adições do ativo imobilizado em curso</u>	<u>Material e equipamentos</u>
Máquinas e equipamentos	203
Adiantamentos a fornecedores	171
	<u>374</u>

10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

<u>Imobilizado em curso operacional</u>	<u>Grupo</u>	<u>Valor</u>
1 LOCALIZADOR FALHAS FIBRA OTICA, ADAPT FOR ALL2581 25MM,MALA TRANSPORTE P/OTDR,CONECTOR OPTIC ST(PO38),BOBINA LANÇAMENTO	Máquinas e Equipamentos	27
2 ESTAÇÃO PORTÁTIL COMPOSTA POR 1 TRANSCEPTOR RC401-1721 JUGO DUPLO COM CORRENTE LADO MORTO	Máquinas e Equipamentos	8
3 DES.11545	Máquinas e Equipamentos	23
4 FLV28119-1 JUGO FLV28119	Máquinas e Equipamentos	24
5 FLV28112-1 JUGO PARA TENSIONADOR SIMPLES DES.28112	Máquinas e Equipamentos	23
6 FLV29561-3 JUGO DUPLO LADO VIVO DES27561	Máquinas e Equipamentos	28
7 FLV28105-1 JUGO PARA TENSIONADOR SIMPLES DES 28105	Máquinas e Equipamentos	23
8 FLV28105-1 JUGO PARA TENSIONADOR SIMPLES DES 28105	Máquinas e Equipamentos	23
9 TRAFÓ DE CORRENTE TIPO JANELA ICJ-10	Máquinas e Equipamentos	1
10 TRANSFORMADOR DE CORRENTE - ICSD-24	Máquinas e Equipamentos	5

10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2016

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2016.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Intangível em serviço									
Transmissão	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Servidões	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Administração	199	-	-	-	199	-	(131)	68	108
Softwares	199	-	-	-	199	-	(131)	68	108
	34.506	-	-	-	34.506	-	(131)	34.375	34.415
	34.506	-	-	-	34.506	-			

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	0%	34.307	-	34.307
Administração	20,00%	199	(131)	108
		34.506	(131)	34.415

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos - Terceiros

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto. de juros	Data próx. Pgto. de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Encargos	2016	2015
BNDES - Subcrédito A	11/2012	04/2028	Mensal	15/01/17	Mensal	15/01/17	SAC	TJLP + 2,74% a.a.	193.583	209.315
BNDES - Subcrédito B	11/2012	10/2022	Mensal	15/01/17	Mensal	15/01/17	SAC	2,5% a.a.	42.775	50.118
BNDES - Subcrédito C	09/2014	04/2027	Mensal	15/01/17	Mensal	15/01/17	SAC	TJLP	225	243
									236.583	259.676
Circulante									25.707	25.409
Não circulante									210.877	234.267
									236.584	259.676

Em 27 de novembro de 2012 a Companhia assinou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito destinado à implantação as linhas de transmissão. O financiamento está dividido em subcréditos, detalhados a seguir:

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B

Nos valores originais de R\$251.128.800, R\$68.236.900, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,74% e 2,5% ao ano respectivamente, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 e 114 meses respectivamente, com início em 26 de dezembro de 2012 e término em 15 de abril de 2028 e 15 de outubro de 2022 respectivamente.

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcrédito C

Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$ 1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de dois projetos:

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- 1) Projeto Maré do Amanhã - Orçamento previsto de 1,2 milhão de reais:
- 2) Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã - Orçamento previsto de 531 mil reais:

(i) Segue relação das garantias do contrato:

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	26.416
2019	26.690
2020	26.968
2021 – 2029	130.803
	<u>210.877</u>

c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,30 vezes. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia atingiu os índices propostos.

13. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quota de reserva global de reversão (RGR) (i)	1.288	1.064
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	1.646	1.299
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	334	360
	<u>3.268</u>	<u>2.723</u>

(i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia não possui processos com expectativa de perda provável.

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ambiental	105	86
Trabalhista	8.726	8.727
Fiscal	13.925	-
	<u>22.756</u>	<u>8.813</u>

15. Impostos e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IR	7.737	1.558
CSLL	2.556	823
PIS	95	68
COFINS	446	322
Outros	198	129
	<u>11.032</u>	<u>2.900</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Outros passivos não circulantes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações especiais (i)	18.312	18.818
Outras contas a pagar com partes relacionadas	16	4
Outras provisões passivas	1.007	996
	<u>19.335</u>	<u>19.818</u>

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo. Amortizamos a taxa média de depreciação do ano de 2016, 2,66%, pela realização da receita.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$261.360 dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	37.322	49.516
Absorção de prejuízo	-	(32.347)
Base para reserva legal	37.322	17.168
Reserva legal (5%)	(1.866)	(858)
Base de cálculo para os dividendos	35.456	16.310
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>355</u>	<u>8.155</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	52.664	63.732
Receita quota CDE	208	18
Receita quota Proinfa	37	18
Receita rateio de antecipação	3.043	3.670
Receita de encargos de transmissão	41.737	44.764
Receita de novas obras RBNI	51	43
Recuperação de PIS e COFINS	4.536	4.576
Receita de CCT	10.718	15.707
Parcela ajuste do ciclo anterior	(7.666)	(5.032)
Indisponibilidade de equipamentos	-	(32)
	(7.825)	(8.193)
Deduções da receita operacional		
PIS	(974)	(1.052)
COFINS	(4.484)	(4.844)
P&D	(502)	(562)
RGR	(1.463)	(1.593)
Quota CDE	(90)	(18)
TFSEE	(237)	(117)
Quota Proinfa	(75)	(7)
	44.839	55.539

19. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(3.286)	(2.686)
Material	(320)	(1.745)
Serviços de terceiros	(1.517)	(1.470)
Tributos	(81)	(120)
Arrendamentos e aluguéis	(136)	(124)
Seguros	(66)	(61)
Depreciação	(14.872)	(15.102)
Gastos diversos (i)	(1.328)	(943)
	(21.606)	(22.251)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Despesa com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(2.173)	(1.757)
Encargos	(679)	(567)
Despesas rescisórias	(-)	(5)
Benefícios	(434)	(357)
	<u>(3.286)</u>	<u>(2.686)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(716)	(295)
Encargos	(174)	(84)
Despesas rescisórias	(9)	-
Benefícios	(158)	(65)
	<u>(1.057)</u>	<u>(444)</u>
	<u>(4.343)</u>	<u>(3.130)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	<u>3.872</u>	<u>4.544</u>
Receitas de aplicações financeiras	3.762	4.543
Outras receitas financeiras	110	1
Despesa financeira	<u>(21.471)</u>	<u>(21.268)</u>
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 10)	(18.337)	(19.606)
Variação monetária	(2.867)	(764)
Outras despesas financeiras	(267)	(898)
	<u>(17.599)</u>	<u>(16.724)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.866	15.429
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Concessionárias e permissionárias	8	7.704	11.220
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Financiamentos	12	236.584	259.676
Fornecedores - terceiros		913	998
Fornecedores - partes relacionadas	24	6	5

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras contas a receber - não circulante	20	131

23.2. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedor (i)	6	5
Outras contas a pagar com partes relacionadas	16	4

23.3. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa aluguel (i)	65	58

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.